

Jogo de Empurra

No afundamento geral do Estado brasileiro, um dos primeiros naufragos a ser salvo terá de ser, forçosamente, o ensino público. Este chegou ao nível mais baixo de que se tem notícia. Tentar construir um país moderno com os índices de agora é como querer navegar para o mar alto com um furo no casco.

O furo parece estar-se alargando. Pesquisa recém-anunciada pelo MEC mostra que a *performance* do aluno do ensino público, no 1º grau, vai caindo à medida que ele avança de série — o que bastaria para condenar o sistema. A reprovação de série a série está em torno de 50%, chegando a 60% em alguns casos.

Algumas razões para isso estão bem à mostra. Não havendo vagas para todas as crianças em idade escolar, a solução quase geral foi adotar o sistema dos três turnos — manhã, tarde, noite. Com isso, a permanência do aluno na escola pública é em média de três horas e meia. Dadas as carências conhecidas desse aluno, este é um período evidentemente inadequado para a consolidação de qualquer projeto educativo.

Neste sentido, com todos os seus percalços, o método dos Cieps aponta, pelo menos, numa direção diferente. Algo terá de ser feito para consolidar esse *approach* — à parte a *performance* concreta dos Cieps e a exploração política a que eles se prestaram.

No plano do município, a nova secretaria de Educação acaba de decidir pela reposição dos 59 dias de aula perdidos em 1988. Concorde com isso os professores que, atualmente, vão-se orga-

nizando em movimentos cada vez mais parecidos com sindicatos? E se forem repostas as aulas, representará esse acréscimo mais do que um *band-aid* numa ferida exposta?

Uma abordagem muito mais profunda do problema coloca-se agora como um desafio a que o país não pode escapar. Da área federal, em fim de mandato, é difícil esperar alguma coisa. Estados e municípios poderiam (deveriam) dar início a uma revisão geral. A responsabilidade pela educação é escalonada. Todos os níveis têm compromisso com o ensino de base — e a nova Constituição manda que o MEC dedique a este nível 50% dos seus recursos. O MEC já declarou que não tem de onde tirar esse dinheiro, pois está comprometido até o pescoço com o sistema das universidades públicas.

Para que o jogo de empurra não se generalize, estados e municípios poderiam esclarecer, até onde isso é possível, suas possibilidades e responsabilidades — para pressionar por uma definição da área federal.

Da prefeitura do Rio, por exemplo, sabe-se que desde há vários anos vem arcando com responsabilidades educacionais maiores que o normal. Pode ou não pode o município arcar com essas responsabilidades? E a área estadual, que responsabilidades assume? No caos geral, essas fronteiras tornaram-se excessivamente fluidas. E, enquanto isso acontece, ninguém é responsável. Quem paga por isso é o aluno pobre, transformado em joguete de um sistema desorganizado.